

278L84

# REVISTA DO CAAP

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO  
CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA



FAC. DE DIREITO DA U. F. M. G.  
Setor de Periódicos

Rev. do CAAP	Belo Horizonte	Ano III	N. 5	P. 1-224	1998
--------------	----------------	---------	------	----------	------

R 454

Revista do CAAP

Ano III n. 5 - Nova Fase

(1998) - Belo Horizonte: Centro Acadêmico Afonso Pena /  
Faculdade de Direito da UFMG

Periodicidade: semestral

I - Direito - Periódicos - Centro Acadêmico Afonso Pena - Faculdade  
de Direito da UFMG

CDU 34 (05)

CDU 340.05

**Enviamos em permuta**

*Enviamos en canje*

*Nous envoyons en échange*

*Inviemo in cambio*

*We send you in exchange*

*Wir senden in tausch*

### **CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA**

Faculdade de Direito da UFMG

Av. Álvares Cabral, 211 - Centro - CEP: 30.170-000

Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

Projeto Gráfico:

**Dilex Editoração Ltda** - Tel.: (031) 373-4915

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas  
são da responsabilidade dos respectivos autores

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

ISSN 1415-0344

## **CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA**

*Gestão "Caminhando contra o Vento"*

**Presidente:** Leonardo Carneiro Assumpção

**Vice-Presidente:** Guilherme Rocha

**Secretária-Geral:** Daniela Lima de Andrade

**Secretário-Adjunto:** Isac Moreno

**Primeiro-Tesoureiro:** Flávio Lima

**Segundo-Tesoureiro:** Renan Serpa

**Diretoria de Ensino e Pesquisa:** Ana Carolina Cruz, Bruno Nominato, Bruno de Vilhena, Carlos Lindomar Souza, Fábio Figueiredo, Gisele Melo, José Emílio Medauar Ommati, Leonardo Vieira, Pablo Dutra, Roberto Novaes, Rodrigo Carvalho

**Diretoria de Cultura:** Adriana Baêta, Alessandro Marques, Ana Carolina Simões, Bárbara Liz, Bárbara Turra, José Lames, Juliana Versieux, Kassim Raslan, Laís Souza, Leonardo Rezende, Luciana Xavier, Ricardo Pereira, Thiago Decat, Tiago Menicucci, Wagner de Aguiar

**Diretoria de Extensão:** Alisson Miserani, Antônio Godoi, Bruno Rennó, Igor Silva, Iris Silva, Maria Cecília, Paulo Rezende, Pedro Guedes, Sérgio Leonardo, Tácio Muzzi, Tales Krauss, Thiago Camargo

**Diretoria de Assistência:** Daniel Leite, Daniel Saliba, Luiz Carlos, Marcelo Tavares

**Diretoria de Comunicação Social:** Adriano Castro, Ana Costa, Bruno Penido, Cristina Patrus, Fernanda Martins, Gustavo Chaves, Ludmila Tito, Matheus de Oliveira

**Egrégia Congregação:** Damião Azevedo, José Eduardo Romão, Juliano Veloso, Leonardo Carneiro Assumpção, Leonardo Rezende, Thales Catta Preta, Thiago Camargo, Thiago Cardoso

**Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Graduação:** Caroline Dantas, Cristina Patrus, Daniel Saliba, Isac Moreno, Leonardo Carneiro Assumpção, Maraluce Custódio

**Departamento de Introdução ao Estudo do Direito e Direito do Trabalho:** Eduardo Nicolau, Guilherme Rocha, José Emílio Medauar Ommati, Tácio Muzzi

**Departamento de Direito e Processo Civil e Comercial:** Bruno de Almeida, Bruno Nominato, Gustavo Chaves, Rodrigo Carvalho

**Departamento de Direito Público:** Bruno Vilhena, Leandro Mourão, Leonardo Rezende, Taísa Oliveira

**Departamento de Direito e Processo Penal:** Íris Silva, Leonardo Botelho, Thales Catta Preta, Thiago Cardoso

**Diretoria de Movimento Estudantil e Movimento de Área:** Bruno de Almeida, Gustavo Torres, Isac Moreno, Juliano Veloso, Leandro Mourão, Thales Catta Preta, Vitorio Silvestre

**Coordenação Especial de Órgãos Colegiados:** José Eduardo Romão, Leonardo Barbosa, Thiago Cardoso

*Agradecemos ainda àqueles que, mesmo não fazendo parte da Gestão, caminharam conosco, nos ajudando em diversas tarefas. Sem essas pessoas, o nosso trabalho ficaria prejudicado.*

**Dentre elas podemos citar:**

Rafael Moreira Miranda, Marcela Furtado, Renata Camilo de Oliveira, Gisela Palmieri Torquato, Élide Graziane, Paula Dorella, Leonardo Weber, Ana Paula Reis, Isabela Pinheiro, Sérgio Duarte, Marcos Lourenço, Patrícia Rosário Santos, Caio Magalhães Nunes

## REVISTA DO CAAP CONSELHO EDITORIAL

*(em ordem alfabética)*

PROF. ANTÔNIO ÁLVARES DA SILVA

PROF. AROLDO PLÍNIO GONÇALVES

PROFA. ELZA MARIA DE MIRANDA AFONSO

PROF. HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

PROF. JAIR LEONARDO LOPES

PROF. JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO

PROFA. MIRACY BARBOSA DE SOUZA GUSTIN

PROFA. MIZABEL DE ABREU MACHADO DERZI

PROF. OSIRIS ROCHA

PROF. OSMAR BRINA CORRÊA-LIMA

PROF. PAULO NEVES DE CARVALHO

PROF. RAUL MACHADO HORTA

PROF. SACHA CALMON NAVARRO COELHO

PROFA. SHEILA JORGE SELIM DE SALES

PROF. WASHINGTON ALBINO PELUSO

## Apresentação

*Por favor, não veja a Revista do CAAP como um indicador de qualidade do ensino.*

Poucas são as instituições no Brasil que, tendo se dedicado à causa da luta política e da defesa do ensino, chegaram aos 90 anos. Mais antigo que a própria UFMG, o Centro Acadêmico Afonso Pena vivenciou, durante sua existência, vários projetos políticos e várias concepções de Universidade. Reflexo destas mudanças, seu corpo social transformou-se de maneira radical nestes 105 anos e, desde a fundação da Faculdade Livre de Direito, continua um espelho das concepções políticas de ensino e de Direito da capital mineira. Conscientes de seu permanente papel de formação e produção intelectual, os universitários desta Vetusta Casa afirmam, mais uma vez, suas idéias nesta Revista que agora fazem publicar.

Quando do lançamento da primeira edição da Revista dos estudantes, nos idos tempos de 1921, nossos colegas viviam outra realidade institucional, cultural e política. Ambicionavam a idéia de Universidade como centro de cultura, dedicado à formação integral do profissional em seus aspectos humanos mais elevados. Seis anos depois, em 1927, surgiu, da união dos cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Farmácia e Odontologia, a Universidade de Minas Gerais. A conformação institucional que esta concepção de Universidade exigia tornou-a pública e dotada de recursos suficientes para seu bom funcionamento muito embora, na prática, inexistisse um ambiente “universitário”.

Durante a década de 50 o diploma dessa instituição ainda marcada pela figura do professor catedrático, de cursos enciclopédicos e elitistas que teimava

em não perceber as mudanças sociais e econômicas que se operavam em nosso país ainda era sinal de prestígio e *status* social.

Apesar disto os estudantes brasileiros inconformados com o caráter excludente e retrógrado da universidade promoveram, através da finada UNE, em maio de 1960, o Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária. Nasce aí um documento que marca o início da luta por uma Universidade capaz de elaborar uma cultura nacional e popular, participante da construção de um modelo econômico definido por interesses nacionais e, principalmente, permeada por um espírito democrático, crítico e socialmente atuante.

Em contrapartida a estas idéias, tão logo chegaram ao poder, os militares passaram a reprimir estudantes e intelectuais como parte de seu projeto político. Da mesma forma que a doutrina da segurança nacional, a desnacionalização do ensino (leia-se acordos MEC-USAID) proposta pelo novo regime tinha suas implicações geopolíticas: a instalação em países periféricos como o Brasil de indústrias multinacionais que careciam de quadros técnicos preparados. Portanto, a Universidade deveria alterar seu perfil em função destes interesses político-econômicos.

As polêmicas que marcariam a partir daí as universidades brasileiras, sobretudo as públicas, seriam fundadas na incapacidade desta instituição de oferecer saídas adequadas às exigências de formação cada vez mais numerosa de mão de obra barata e acrítica, por conta das diretrizes governamentais, e às exigências da construção de um espaço de transformação social, de crítica e resistência política, por parte dos setores progressistas sempre presentes no ambiente universitário.

Valendo-se da demanda de cursos superiores incentivou-se, ainda durante o Regime Militar, a criação de cursos particulares que muitas vezes funcionavam como cursos de fins-de-semana. Hoje, a presença da iniciativa privada na educação superior apresenta-se de forma bastante diferente. Com instituições bem montadas, voltadas quase exclusivamente para o ensino em larga escala, dispendo de capital em grande monta e valendo-se de uma bem articulada bancada no Congresso Nacional, os cursos particulares representam uma ameaça às instituições públicas de ensino superior e, pior, ameaçam o modelo de ensino público, desvinculado de interesses empresariais, políticos e ideológicos.

A estratégia presente nas reformas propostas durante os governos autoritários dos últimos 40 anos: o Regime Militar e o Governo Fernando Henrique tem traços comuns muito bem definidos a começar pela idealização das diretrizes básicas por técnicos estrangeiros(estabelecidos nos acordos MEC-USAID ou

através do Consenso de Washington). Nos dois casos a “produção universitária” é reduzida à educação e, mesmo esta, é encarada como um fenômeno isolado do nosso quadro social e político. A reforma universitária é identificada com remodelações técnico-administrativas como a departamentalização do final dos anos sessenta ou a idéia de Organização Social lançada por Bresser. Mascarando as opções políticas determinantes destas ideologias pouco originais temos valores como *eficiência, racionalização e produtividade* colocados como palavras-chave destas suspeitas mudanças.

Voltamos agora à apresentação da Revista do CAAP. Você, ao ter em mãos este volume tem também um indicador de qualidade e produtividade acadêmica. Ao lado do número de teses e dissertações defendidas, da titulação dos professores e do tamanho da biblioteca temos também a quantidade de publicações. É aí (ou aqui) que mora o perigo.

Por colocar-se longe de querer mascarar os inúmeros problemas que vivemos em nossa graduação como, por exemplo, alguns péssimos professores, aulas sem planejamento e sem discussão, voltadas à reprodução de uma doutrina aceita como ponto final de discussão em um ambiente muitas vezes patrimonialista e clientelista quando não burocrático (no sentido não Weberiano), esta Revista evita o rótulo de “indicador de qualidade”. Ao ler os artigos que, com imenso orgulho, publicamos aqui, é você mesmo quem deve avaliar a nossa produção ao refutar ou concordar com nossos pontos de vista. Queremos que seu juízo se forme a partir da leitura dos nossos textos e não de um índice em uma tabela qualquer publicada pelo MEC ou pela CAPES, de burla fácil e comprovação difícil. A produção científica deve ser avaliada e não medida. Estes termos não são sinônimos. Não é o número de artigos que atestará a qualidade desta revista. Rejeitamos estas concepções porque esta “produtividade” aferida por meio de aspectos quantitativos é cega à crítica e relevância existente - ou inexistente - no trabalho científico financiado com recursos públicos. Ao desviar-se de suas reais finalidades para atender a padrões formais estabelecidos de acordo com pressões políticas evidentes a Universidade contradiz-se, trai aqueles que dedicaram a vida à sua construção e rejeita sua autonomia.

Ao mesmo tempo, o projeto desta Revista, iniciado em 1921 e retomado em 1996, concebida e produzida por alunos, anuncia uma nova lógica de publicações nesta Faculdade. Os artigos foram apresentados ao CAAP, depois de ampla publicação do edital desta Revista, submetidos ao Corpo Editorial composto por respeitados juristas desta casa e finalmente publicados aqueles considerados aptos para tanto; sem apadrinhamento, sem distinções entre colegas que porventura

tenham quaisquer concepções políticas diferentes das nossas.

Ainda desejamos construir aquela universidade planejada pelos estudantes de 1921, 1960 e 1998, holística, crítica, atuante e efetivamente autônoma. Continuaremos a propor e torcemos para que nosso trabalho possa acrescentar algo ao seu. Este é o nosso objetivo. Logo, todas as críticas e sugestões são bem vindas. E, por fim, esperamos que as idéias dos nossos colegas possam continuar ecoando valores e iniciativas inovadoras por mais noventa anos pelo Brasil e pelo mundo.

*Leonardo Carneiro Assumpção*  
*Presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena*  
*Gestão "Caminhando contra o vento" 1998*

*José Emílio Medauar Ommati e Thiago de Azevedo Camargo*  
*Coordenadores da Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena*  
*Gestão "Caminhando contra o vento" 1998*

## Sumário

F	Crime na direção de veículo automotor <i>Jair Leonardo Lopes</i> .....	15
F	A reforma constitucional e o Mercosul <i>Alessandra Machado Brandão Teixeira</i> .....	25
F	O sujeito passivo na Parte Especial do Código Penal <i>Ana Maria D'Ávila Lopes</i> .....	61
F	O processo administrativo na lei brasileira de defesa da concorrência <i>Daniel Firmato de Almeida Glória</i> .....	79
F	Estudos sobre o ICMS – Substituição tributária e venda sob cláusula FOB <i>Flávia de Vasconcellos Lanari</i> .....	105
F	Responsabilidade Civil da Administração Pública – A reparação do dano <i>Francisco de Salles Almeida Mafra Filho</i> .....	127
F	Taxa mineira de fiscalização de Bingo Permanente – Um caso de confisco tributário <i>Eduardo Maneira</i> <i>Igor Mauler Santiago</i> .....	141

F O Imposto Territorial Rural e a função social da propriedade rural <i>Luciano Dias Bicalho Camargos</i> .....	161
F A inconstitucionalidade do art. 187 da Lei Complementar n. 75 (Breve anotação acerca dos princípios da isonomia e da razoabilidade) <i>Luís Carlos Martins Alves Jr.</i> .....	181
F O Poder Judiciário Federal na República da Argentina após a reforma constitucional de 1994 <i>Márcio Luís de Oliveira</i> .....	201

## CRIME NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR

Jair Leonardo Lopes\*

A propósito de um crime na direção de veículo automotor, ocorrido na Capital de nosso Estado, como o motorista estava embriagado e foram vítimas quatro crianças, houve grande repercussão social, e o Ministério Público quis fazer do caso um crime doloso da competência do júri. É comum esse tipo de reação emocional popular em face, sobretudo, da gravidade das conseqüências de crime como aquele. O rigor da repressão é o que se afigura à opinião pública como solução, o que é perfeitamente compreensível, tratando-se de leigos em Direito Penal, mas lamentável quando se trata do Ministério Público.

Mesmo no caso de crimes na direção de veículos automotores, os quais apresentam altos índices de ocorrências, é preciso que todos se convençam de que não é com a criminalização de novos fatos ou com a agravação das penas existentes, mas com a efetiva punição dos culpados, mediante a aplicação das leis penais vigentes, que se poderá chegar a níveis mais razoáveis nos índices de ocorrência de tais crimes.

Se o rigor das penas fosse meio eficaz para conter ou mesmo reduzir a criminalidade, não haveria crimes graves nos Estados Unidos, onde se adota a pena de morte; no entanto, ali são assassinados os próprios Chefes de Estado. Aliás, não haveria necessidade de ir tão longe para demonstrar-se que a severidade da repressão não detém os autores dos crimes. Aqui mesmo, em nosso país, tem-se a mais eloqüente prova de que a criminalização de novos fatos, o aumento das penas e as restrições de ordem processual não constituem medidas capazes de diminuir a criminalidade violenta.

É sabido que desde 25 de julho de 1990, portanto, transcorridos mais de oito anos, está em vigor a Lei n. 8.072, que elevou as penas de vários crimes, os

\* Professor de Direito Penal da Faculdade de Direito da UFMG.